



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 361, DE 2004

Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para prever o voto em trânsito e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 59-A:

“Art. 59-A. O eleitor que não se encontrar na jurisdição de sua seção eleitoral terá direito ao voto em trânsito, esteja no País ou no exterior.

§ 1º O direito a que se refere o **caput** deste artigo será implementado gradualmente no que diz respeito ao âmbito:

I – dos eleitores atendidos;

II – da circunscrição eleitoral abrangida.

§ 2º A implementação do direito de que trata este artigo se dará sem prejuízo da segurança do sistema eletrônico de votação.”

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Art. 4º Revoga-se o art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Justificação

O projeto de lei que ora submetemos ao exame desta Casa pretende conferir o direito de votar em trânsito ao eleitor brasileiro que se encontrar ausente do âmbito de sua seção eleitoral por ocasião da realização de eleições.

O Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) faculta a determinados eleitores o direito ao voto em trânsito (art. 145) e isso efetivamente ocorreu até a adoção do sistema eletrônico de votação.

Contudo, a partir da implantação da urna e do voto eletrônicos, o direito ao voto em trânsito foi sus-tado, mesmo limitado como era praticado. Tal sobre-tamento ocorreu por força legal do art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabeleceu normas permanentes para as eleições.

Temos, pois, circunstância curiosa e mesmo con-traditória. Embora o sistema eletrônico de votação te-nha, por um lado, aperfeiçoado o processo eleitoral e especialmente aumentado a velocidade da realização e apuração das eleições, por outro ele afastou a pos-sibilidade do voto em trânsito, alternativa democráti-ca que garante o direito de voto aos eleitores que por diversas razões não estão presentes no seu local de votação no dia do pleito.

Registre-se, a propósito, que em diversos países tal direito não apenas está contemplado como vem se ampliando, em especial em razão das tendências glo-balizantes que vivenciamos nos dias que correm.

Entretanto, sabemos que o direito ao voto em trânsito via sistema eletrônico não pode ser adotado do dia para noite, demandando diversas condições que demandam tempo e dinheiro.

Outrossim, há que se cuidar para que a segurança do sistema de votação não seja vulnerada.

Desse modo, a proposição que ora levando em conta todas essas variáveis. O expressamente previs-to em lei o direito do eleitor. Esse o objetivo da nossa iniciativa.

Em face do exposto e tendo em vista a ampliação de direitos que a presente proposição almeja, pedimos o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2004.
– Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Art. 59. A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

§ 1º A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

§ 2º Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

§ 3º A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

§ 4º A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 10-10-2003)

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica de que trata o § 4º. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 10-10-2003)

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com apli-

cação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º-10-2003)

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 10-10-2003)

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 62. Nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação, não se aplicando a ressalva a que se refere o art. 148, § 1º, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania. (Decisão Terminativa)*

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 15 - 12 - 2004